

RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.809 - TO (2018/0324505-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : MARIA DE JESUS CERQUEIRA ALMEIDA
RECORRENTE : MARCELO CARMO GODINHO
ADVOGADO : MARCELO CARMO GODINHO (EM CAUSA PRÓPRIA) - TO000939
RECORRIDO : CLAUDOMIRO FERREIRA BISPO
RECORRIDO : LAURENY ANICETO FERREIRA
ADVOGADO : ELSIO FERDINAND DE CASTRO PARANAGUA E LAGO - TO002409

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por MARIA DE JESUS CERQUEIRA ALMEIDA, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, assim ementado (fl. 55, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PEDIDO DE EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. INCABÍVEL. AGRAVADOS BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DETERMINAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE BENFEITORIAS DE ACORDO COM O ACÓRDÃO DA APELAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. No caso, não é cabível o prosseguimento da execução da verba honorários sucumbencial, visto que a ausência de manifestação do Judiciário quanto ao pedido de deferimento da justiça gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito.
2. Apelação na ação de reintegração de posse, que considerou a concessão da justiça gratuita aos agravados, ausência de recurso quanto àquele recurso, matéria preclusa.
3. A determinação da avaliação das benfeitorias está de acordo com o disposto no acórdão apelatório, de modo que a supracitada avaliação não deve ser tornada sem efeito.
4. Agravo de instrumento conhecido e improvido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 141, 489, § 3º, 502, 503, e 1022 do NCPC.

Sustenta, em síntese, que a determinação de nova avaliação viola a coisa julgada, bem como "*em sede executória descabe por completo ultrapassar os limites do julgado*".

Contrarrazões às fls. 123/130 (e-STJ).

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 132/134, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Quanto à apontada violação dos artigos 489 e 1.022 do NCPC, não assiste razão à recorrente, porquanto uníssona a jurisprudência deste STJ no sentido de que inócorre a mácula quando clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte (Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; REsp 1.264.044/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; AgRg no REsp 1.245.079/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e AgRg no Ag 1.407.760/RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PRINCÍPIO DA LIBerdade DE ASSOCIAÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE REPETITIVO. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1192304/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts.

489 e 1022 do CPC/2015.

2. Agravo interno no recurso especial desprovido, com majoração de honorários.

(AgInt no REsp 1669793/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018)

2. Na espécie, a Corte local, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pela insurgente, adotou os seguintes fundamentos (fls. 58/59, e-STJ):

Da mesma forma, entendo que não prospera o pedido de recolhimento do alvará judicial expedido para levantamento do valor depositado em Juízo; tampouco o de que caso já efetivado o cumprimento, seja determinado aos agravados, o depósito em juízo da quantia indicada e tornar sem efeito a determinação de avaliação de benfeitorias constante na decisão combatida.

Ao contrário do afirmado pelos agravantes, a determinação da avaliação das benfeitorias, para fins de indenização e expedição de alvará de levantamento do valor depositado em juízo pelos agravados está de acordo com o disposto no acórdão apelatório, que conforme trazido pelos próprios agravantes consignou que "a sentença deve ser reformada para conceder a reintegração de posse à ora apelante, mediante ressarcimento das benfeitorias construídas pelo possessor, conforme avaliação." Ainda, reformou "a sentença vergastada, para determinar a reintegração de posse à apelante, mediante ressarcimento das benfeitorias construídas pelo possessor, conforme avaliação." Assim, cabível a determinação pelo Juízo de primeiro grau para que quando cumprido o mandado de reintegração de posse o Oficial de Justiça efetue a avaliação das benfeitorias indenizáveis, pois o referido acórdão consta determinação para a reintegração da posse e ressarcimento das benfeitorias edificadas na propriedade, cabendo ao Juízo de primeiro grau apenas o seu cumprimento. Esse comando não implica em duplicidade de indenização, isso porque a indenização deve ser feita pelo valor das benfeitorias realizadas no imóvel, devidamente atualizadas.

Veja ainda, o seguinte excerto retirado do acórdão que julgou os embargos de declaração (fl. 93, e-STJ):

A parte embargante aduz a existência de obscuridade. Alega, para tanto que, a decisão embargada incorreu em erro ao determinar a realização de nova avaliação das benfeitorias, uma vez que no julgamento da apelação não foi determinada nova avaliação e, que o valor das benfeitorias sequer foi objeto daquele recurso.

Pois bem. Entendo que tal insurgência do embargante não deve prosperar. Noto que restou claro no voto condutor do acórdão embargado que "a determinação da avaliação das benfeitorias, para fins de indenização e expedição de alvará de levantamento do valor depositado em juízo pelos agravados está de acordo com o disposto no acórdão apelatório" uma vez que ficou consignado no citado recurso que "a sentença deve ser reformada para conceder a reintegração de posse à ora apelante, mediante ressarcimento das benfeitorias construídas pelo possessor, conforme avaliação" Em outras palavras, ficou expressamente consignado naquele

Superior Tribunal de Justiça

recurso de apelação que o ressarcimento da benfeitoria seria conforme avaliação, de modo que, se mostra cabível a determinação pelo juízo de primeiro grau para avaliação das benfeitorias indenizáveis, na medida em que cabe ao magistrado singular apenas o cumprimento do acórdão da apelação.

Assim, diante das razões do recurso especial e da fundamentação do acórdão recorrido, rever o entendimento do Tribunal de origem demandaria, inevitavelmente, o exame do contexto fático-probatório dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator